

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.323.033 - RS (2018/0168148-2)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
AGRAVANTE : GUSTAVO PEREIRA NUNES
ADVOGADOS : GABRIEL DINIZ DA COSTA - RS063407
RAFAEL CASELLI PEREIRA - RS060484
NÁDIA MARIA KOCH ABDO - RS025983
ANA PAULA RUSCHEL DA CUNHA - RS055405
ROBERTA WEBBER GUGEL - RS084747
AGRAVADO : BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL SA
ADVOGADOS : NELSON BERGMANN PETER - RS022771
CRISTIANE CASSINI PETER - RS067599
GONÇALO CASSINI PETER - RS079049

DECISÃO

Trata-se de agravo de decisão que inadmitiu recurso especial fundado no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, interposto contra v. acórdão do Eg. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, assim ementado:

"APELAÇÃO CÍVEL. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. AÇÃO INDENIZATÓRIA. QUITAÇÃO INTEGRAL DO CONTRATO. DEMORA INJUSTIFICADA NA LIBERAÇÃO DO GRAVAME. PRESCRIÇÃO INOCORRENTE. DANO MORAL CARACTERIZADO. QUANTUM MAJORADO. JUROS DE MORA. PREQUESTIONAMENTO. SUCUMBÊNCIA REDIMENSIONADA.

DA PRESCRIÇÃO. Não incide a prescrição trienal, pois quando do ajuizamento da ação ainda persistia o gravame no cadastro do veículo, o que obsta o início da contagem do prazo prescricional.

DO DANO MORAL. A demora injustificada na liberação do gravame, depois de quitada a dívida pelo consumidor, configura situação de dano moral. A desídia da instituição financeira ao se manter inerte quanto à obrigação de providenciar a baixa da restrição não pode operar a seu proveito. Dano moral configurado e dever de indenizar reconhecido.

DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. A indenização deve obedecer aos critérios de razoabilidade, atingindo sua função reparatória e punitiva.

Montante indenizatório majorado em valor que guarda proporcionalidade com o dano causado.

DOS JUROS DE MORA. Tratando-se de responsabilidade civil decorrente de obrigação contratual, os juros de mora incidem desde a citação.

DO PREQUESTIONAMENTO. Desnecessidade de o decisum enfrentar uma a uma todas as normas legais citadas pelas partes ou existentes sobre o tema, sendo suficiente ao julgador fundamentar as teses que embasam a decisão.

DA SUCUMBÊNCIA. Redimensionada.

APELAÇÃO DA DEMANDADA DESPROVIDA.

APELAÇÃO DO AUTOR PARCIALMENTE PROVIDA." (e-STJ fl. 246)

Opostos embargos de declaração, restaram rejeitados (e-STJ, fls. 313/321).

Em suas razões recursais, o recorrente alega violação aos arts. 371, 373, I e II, 85, 1.022, do NCPC/15, sustentando, em síntese, que: a) o acórdão foi omissivo no que tange a não aplicação dos dispositivos infraconstitucionais suscitados nos embargos de declaração opostos; b) majoração dos honorários advocatícios; c) *"pela valoração equivocada do contexto probatório acostado aos autos, evidente a afronta ao artigo 371 do NCPC e 373, I e II do NCPC, o que possibilita o conhecimento e trânsito da presente súplica especial."* (e-STJ, fl. 294).

Sustenta, ainda, divergência jurisprudencial acerca do *quantum* indenizatório fixado bem como ao termo inicial do juro de mora.

É o relatório. Decido.

De início, alega o recorrente violação do art. 1.022 do CPC/2015, uma vez que o v. acórdão estadual não teria tratado das matérias suscitadas nos embargos de declaração. Entretanto, o recurso não merece acolhimento. Isso porque o apelo especial limita-se a alegar a omissão de forma genérica, sem apontar quais matérias seriam omissas, o que atrai, por analogia, a Súmula 284 do STF.

Corroborar essa conclusão os julgados a seguir:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. SEGURO DE VIDA. AFRONTA AO ART. 535 DO CPC NÃO DEMONSTRADA. SÚMULA N. 284 DO STF. FUNDAMENTO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA N. 283 DO STF. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. SÚMULAS N. 5 E 7 DO STF. DECISÃO MANTIDA. 1. Considera-se deficiente a fundamentação do recurso especial que alega violação do art. 535 do CPC, a teor da Súmula 284 do STF, quando não demonstrada, clara e objetivamente, qual o ponto omissivo, contraditório ou obscuro do acórdão recorrido que não terão sido sanados no julgamento dos embargos de declaração. (...) 5. Agravo regimental a que se nega provimento." (AgRg no REsp 1188316/AM, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 18/11/2014, DJe 25/11/2014, grifou-se). "PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. ALEGAÇÕES GENÉRICAS.

INCIDÊNCIA DA SÚMULA N.º 284 DO STF, POR ANALOGIA. PERÍCIA. CONVICÇÃO DO JUIZ DESTINATÁRIO DA PROVA. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO. APLICAÇÃO DA SÚMULA 7 DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO 1. Não se pode conhecer da violação ao artigo 535 do CPC, pois as alegações que fundamentaram a pretensa ofensa são genéricas, sem discriminação dos pontos efetivamente omissos, contraditórios ou obscuros. Incide, no caso, a Súmula n.º 284 do STF, por analogia. (...) 4. Agravo regimental não provido." (AgRg no AREsp 281.953/RJ, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 26/2/2013, DJe de 5/3/2013, grifou-se).

Outrossim, no que diz respeito aos arts. 371 e 373, do CPC/15, o recurso também não deve ser acolhido. Observa-se que o recorrente não desenvolveu argumentação que evidenciasse a ofensa, tornando patente a falta de fundamentação do apelo especial, circunstância que atrai a incidência do enunciado nº 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

Por seu turno, em relação à admissibilidade do recurso especial pela alínea "c" do permissivo constitucional, esta eg. Corte de Justiça tem decidido, reiteradamente, que, para a correta demonstração da divergência jurisprudencial, deve haver o cotejo analítico, expondo-se as circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, a fim de demonstrar a similitude fática entre os acórdãos impugnado e paradigma, bem como a existência de soluções jurídicas díspares, nos termos dos arts. 541, parágrafo único, do CPC/73 e 255, § 2º, do RISTJ.

Na hipótese, tal cotejo (*quantum* indenizatório) mostra-se infecundo, tendo em vista que as razões que levaram as instâncias ordinárias a fixar a indenização por danos morais no patamar ora discutido, revestem-se de uma especificidade muito restrita ao caso concreto, o que dificulta ou até mesmo impossibilita a realização de uma análise comparativa apenas objetiva das circunstâncias que envolvem os precedentes citados e o caso em concreto, ora em análise.

A propósito, confira-se o seguinte julgado :

CIVIL E DIREITO DO CONSUMIDOR. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. ALEGADA DEMORA DE ATENDIMENTO DE MENOR EM REDE CREDENCIADA. DANOS MORAIS. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO. AUSÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO.

REVISÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA 7/STJ. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. A demonstração da divergência não se satisfaz com a simples transcrição de ementas, mas com o confronto entre trechos do acórdão recorrido e das decisões apontadas como divergentes, mencionando-se as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados.

2. É inviável o conhecimento do recurso pela alínea "c" do permissivo constitucional se a análise do dissenso pretoriano depender do revolvimento de matéria fático probatória.

3. Agravo regimental não provido. (AgRg no REsp 1486285/MA, Relator o Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, julgado em 10/05/2011, DJe 05/05/2015, grifou-se).

Com relação ao termo inicial dos juros moratórios, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é no sentido de que, em se tratando de responsabilidade contratual, incidem desde a citação do devedor.

Confirmam-se os seguintes precedentes:

"ADMINISTRATIVO. FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. RESPONSABILIDADE CIVIL. ALEGAÇÃO GENÉRICA DE OMISSÃO NO ACÓRDÃO. INTERRUÇÃO ILEGAL DO FORNECIMENTO. DANOS MORAIS E MATERIAIS CONFIGURADOS. VALOR RAZOÁVEL. ÔNUS DA PROVA. PRETENSÃO DE REEXAME DE PROVA. SÚMULA 7/STJ. TERMO INICIAL DOS JUROS DE MORA. CITAÇÃO. RESPONSABILIDADE CONTRATUAL. 1. A alegação genérica de violação do art. 535 do Código de Processo Civil, sem explicitar os pontos em que teria sido omissa o acórdão recorrido, atrai a aplicação do disposto na Súmula 284/STF. 2. O Tribunal de origem decidiu, com base nas provas dos autos, que ficou configurado dano moral reparável decorrente da interrupção indevida do fornecimento de energia elétrica; que é da agravante o ônus de demonstrar excludentes do dever de indenizar, e que não logrou êxito em comprovar. 3. Insuscetível de revisão, nesta via recursal, o referido entendimento, por demandar reapreciação de matéria fática. Incidência da Súmula 7 deste Tribunal. 4. Quanto à fixação dos juros moratórios, em se tratando de responsabilidade civil contratual, o termo inicial para cômputo dos juros de mora é a citação do devedor, consoante dispõe o artigo 405 do Código Civil. Agravo regimental improvido." (AgRg no AREsp 521.099/RS, Segunda Turma, Rel. Min HUMBERTO MARTINS, DJe de 27/6/2014, grifou-se)

"AGRAVO REGIMENTAL. AÇÃO DE COBRANÇA. INDENIZAÇÃO DECORRENTE DE SEGURO DE VIDA EM

GRUPO. JUROS MORATÓRIOS. TERMO INICIAL.

1.- Consoante orientação pacificada da Segunda Seção, nas ações de cobrança de indenização securitária, por se tratar de descumprimento de obrigação contratual, os juros de mora são devidos a partir da citação, na forma do que dispõe o art. 406 do Código Civil.

2.- Agravo Regimental improvido."

(AgRg no REsp 1.376.837/PR, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/11/2013, DJe de 5/12/2013)

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - SEGURO DE VIDA - JUROS DE MORA E CORREÇÃO MONETÁRIA - TERMO INICIAL - OMISSÃO - SUPRIMENTO - ATRIBUIÇÃO DE EFEITOS MODIFICATIVOS - DESNECESSIDADE - EMBARGOS ACOLHIDOS, SEM EFEITOS INFRINGENTES."

(EDcl no AgRg no REsp 845.385/SP, Rel. Ministro MASSAMI UYEDA, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/10/2008, DJe de 18/11/2008)

No que tange à alegada ofensa ao art. 85 do CPC/2015, a revisão do percentual fixado pelas instâncias ordinárias a título de honorários advocatícios, para adequar ao caso concreto, demandaria o revolvimento do conjunto fático-probatório delineado nos autos, providência inviável nesta sede especial, a teor da súmula 07 do Superior Tribunal de Justiça. A propósito:

"PROCESSUAL CIVIL. SUCUMBÊNCIA. DIMENSIONAMENTO. AFERIÇÃO. VALORES E PERCENTUAIS. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7-STJ.

1 - Em sede especial, não é dado aferir percentuais e valores da condenação para concluir ou não pela sucumbência em parte mínima do pedido, tampouco há espaço para fixação minuciosa do quantum de custas e de honorários advocatícios, pois são intentos que demandam inegável incursão na seara fático-probatória de cada demanda, vedada pela súmula 7-STJ.

2 - Agravo regimental improvido." (AgREsp 488.149/RS, Rel. Min. FERNANDO GONÇALVES, DJU de 16/06/2003, grifo nosso)

Dessarte, verifica-se que o Tribunal de origem, bem sopesando o critério previsto no artigo 85 do Código de Processo Civil de 2015, fixou o montante relativo aos honorários advocatícios devido ao procurador do ora recorrente em 15% sobre o valor da condenação. Dessa forma, não pode ser considerado fora dos padrões de razoabilidade, mostrando-se inviável sua revisão nesta sede.

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, *b*, do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília, 1º de fevereiro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO

Relator

